Trajetória histórica da avaliação institucional na educação infantil brasileira

Valdete Côco (UFES)[1]
Maria Nilceia de Andrade Vieira (UFES)[2]

Resumen:

Considerando as diferentes práticas educacionais desenvolvidas com as crianças nas últimas décadas no Brasil, a avaliação constitui uma questão polêmica que suscita pesquisas e mobiliza entidades científicas e movimentos sociais no debate acerca de concepções, políticas e práticas que a circundam. Com o propósito de compreender a recente trajetória da avaliação institucional na Educação Infantil brasileira, este trabalho destaca alguns marcos históricos desse processo avaliativo. Pautados em aportes teórico-metodológicos bakhtinianos (BAKHTIN, 2010; 2011) e articulados às contribuições da abordagem do ciclo de políticas (BALL, 2001, 2009), para a produção dos dados, recorremos ao procedimento de análise documental. Nesse sentido, no conjunto da produção de documentos orientadores e mandatórios publicados pelo Ministério da Educação (MEC) nas duas últimas décadas, selecionamos, como fontes, quatro documentos publicados entre 1995 e 2012. Inspirados na análise de Bakhtin acerca dos textos de Dostoievski, compreendemos que os eventos não ocorrem isoladamente, e sim conectados ao passado, ao presente e ao futuro simultaneamente, com ecos e ressonâncias entre essas temporalidades. Nessa perspectiva de encadeamento, concebemos os documentos como elementos do contexto de produção de textos que representam a política (BALL, 2001, 2009), evidenciando disputas e conquistas do campo da Educação Infantil. Em movimentos de interpretação e reapropriação dos textos oficiais, evidenciamos as concepções de criança e de avaliação institucional, almejando um tom interpretativo que abarque a polifonia pulsante nesses enunciados. Como resultados, a análise documental possibilitou uma compreensão da conjuntura de lutas que marca o desenvolvimento da primeira etapa da educação básica, indicando que os processos de elaboração dos documentos oficiais analisados se sustentam numa perspectiva coletiva e participativa, o que fortalece as concepções do campo da Educação Infantil. No caso da avaliação institucional, constatamos que os documentos oficiais constituem importantes fontes para compreender a

[1]Doutoraem Educação pela Universidade Federal Fluminense (2006). Professora no Departamento de Linguagens Cultura e Educação (DLCE) e no Programa de Pós-Graduação, do Centro de Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo. Líder do Grupo de Pesquisa Formação e Atuação de Educadores (GRUFAE). Tutora do Programa de Educação Tutorial: Projeto Educação (PETEDU/UFES). Coordenadora do GT07: *Educação de crianças de 0 a 6 anos*, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) (2016-2017). E-mail: valdetecoco@hotmail.com

[2]Doutoranda no Programa de Pós-Graduação, do Centro de Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo. Integrante do Grupo de Pesquisa Formação e Atuação de Educadores (GRUFAE). Professora no Curso de Pedagogia da FaculdadeEstácio de Vila Velha, Espírito Santo – ES. Pedagoga na Educação Infantil pública de Vitória – ES. E-mail: nilceia_vilavelha@hotmail.com

elaboração das políticas públicas nessa área, evidenciando desafios que justificam a necessidade de continuar fomentando as lutas nesse campo, em especial, com a emergência de retrocessos nas conquistas já constantes das bases legais da Educação Infantil. Cabe realçar ainda que, em defesa da educação pública de qualidade, muitas dessas políticas decorrem de atos de resistência, de posicionamentos demarcados por movimentos sociais, por pesquisadores e pelo próprio MEC de que não se efetive na Educação Infantil uma avaliação com testes padronizados que incidam sobre as crianças, e sim que esse processo avaliativo tenha como referência de abordagem as condições que lhes são ofertadas nas instituições.